

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.970 - AL (2019/0351916-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**RECORRENTE : JORGE HENRIQUE KOPTI FONSECA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por JORGE HENRIQUE KOPTI FONSECA, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática do crime previsto no art. 157 do Código Penal (fl. 24).

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. PROVA DE MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

*1 Encontram-se presentes os requisitos que autorizaram o decreto preventivo, uma vez que, existentes prova da materialidade e indícios de autoria, a segregação cautelar do paciente se mostra necessária para garantir a ordem pública, especialmente considerando a reiteração delitiva do acusado, o qual já foi condenado duas vezes pelo crime de roubo, tendo execução penal em andamento.*

*2 Inexistindo alteração do contexto fático desde a decisão que indeferiu o pedido liminar, a prisão preventiva foi mantido diante da insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, cm virtude do risco de*

*cometimento de novos delitos caso o paciente seja posto em liberdade.*

3 - *Ordem conhecida e, no mérito, denegada*" (fl. 39).

**Daí o presente recurso ordinário**, no qual alega o recorrente que sofre constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva.

Pondera a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversa da prisão.

Requer a revogação da prisão preventiva ou substituí-la por medidas cautelares diversas da prisão.

Sem pedido de liminar.

O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 79-81, **pelo desproimento do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DESPROVIMENTO"* (fl. 79).

É o relatório.

**Decido.**

O pedido está prejudicado.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal **a quo** ([www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br)), processo n. 0700372-06.2019.8.02.0067, verifico que o juiz da 10ª Vara da Comarca de Maceio/AL, proferiu sentença condenatória, em 04/11/2019, restando ao recorrente a pena de 05 anos, 01 mês e três dias de reclusão, concedendo-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Foi expedido alvará de soltura em 05/11/2019.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse contexto, verifico que o presente recurso perdeu o objeto, uma vez que já atendida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo o presente recurso em habeas corpus prejudicado.**

P.I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator